

DO SOCIALISMO À DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU (1973-1999)¹

Seco Braima Seide²

RESUMO

O presente artigo discute os dois modelos político-econômicos adotados pelo Estado guineense após a independência, nomeadamente o socialismo e a democracia. O objetivo é compreender a forma como ambos os regimes foram movimentados no país. A partir disso, analisou-se os princípios que regem cada modelo e comparou-se com intuito de chegar às forças e fraquezas da sua implementação na Guiné-Bissau. Para chegar a esses resultados utilizou-se a metodologia qualitativa e as técnicas de revisão bibliográfica e pesquisa documental, a partir de livros, artigos e documentos sobre a temática. Concluímos que o regime socialista foi movimentado na Guiné-Bissau logo após a independência em 1975 pelo PAIGC em um regime de partido único que se confundia com o estado, sendo considerado um período relativamente estável. Apesar do primeiro golpe de estado ocorrido em 1980, temos uma continuidade ideológica. Já o período democrático inicia 1994, sendo recebido com euforia, entretanto foi caracterizado por instabilidade político-militar, sucessivos golpes de Estado e guerra-civil. O trabalho é relevante na medida em que nos oferece de forma cronológica os acontecimentos que marcaram os dois momentos políticos, com isso possibilita diferentes considerações quanto à crise política que automaticamente reflete no social guineense.

Palavras-chave: Democracia - Guiné-Bissau. Guiné-Bissau - Política e governo - 1973-1999. Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Socialismo - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This paper discusses the two political and economic models adopted by the Guinean state after independence, namely socialism and democracy. The goal is to understand how both regimes were moved in the country. From this, the principles governing each model were analyzed and compared in order to arrive at the strengths and weaknesses of their implementation in Guinea-Bissau. To reach these results we used the qualitative methodology and the techniques of literature review and documentary research, from books, articles and documents on the subject. We conclude that the socialist regime was moved in Guinea-Bissau shortly after independence in 1975 by PAIGC into a one-party regime that merged with the state, being considered a relatively stable period. Despite the first coup d'etat in 1980, we have an ideological continuity. Already the democratic period begins 1994, being received with euphoria, however was characterized by political-military instability, successive coups d'état and civil-war. The work is relevant in that it offers us chronologically the events that marked the two political moments, thus allowing different considerations regarding the political crisis that automatically reflects in the Guinean social.

Keywords: African Independence Party of Guinea and Cape Verde. Democracy - Guinea-Bissau. Guinea-Bissau - Politics and government - 1973-1999. Socialism - Guinea-Bissau.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa.

² Graduado em Humanidades e Licenciando em Ciências Sociais, ambos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras/Malês.

A revolução que começa depois da independência desprende-se do ódio ao colonizador e também ao seu representante nativo. Ela impõe ao africano um imperativo de chegar ao fundo do seu ser social e ao limite da sua civilização, não para negá-los, mas retomá-los e afirmá-los colocando dentro de um circuito histórico em que o próprio africano se converta no arquiteto do seu mundo moderno e de uma realidade revolucionária que deve brotar da África para a África (Florestan Fernandes, 1977, p. 7).

1 INTRODUÇÃO

O colonialismo foi um processo impactante pelo qual a atual República da Guiné-Bissau experimentou. Foram muitos e muitos anos que o Portugal manteve como detentor de todo poder administrativo, político e econômico no território guineense. Portugal como um país colonizador foi o último a abrir mão das colônias que ocupava, alegando que esses territórios africanos são espaços ultramarinos da coroa portuguesa, façanhas estas para não perder a renda que saía destes países, e que sustentava a economia portuguesa. Assim, somente em 1973 e 1975, os países africano colonizados por Portugal conquistaram suas independências após uma década de lutas armada contra esse regime colonial.

A Guiné-Bissau foi o primeiro a conquistar sua independência entre os países colonizados pelo Portugal na África, em 1973. Teve várias tentativas por parte do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de uma conversa pacífica na pessoa de Amílcar Cabral³ durante o regime de Antonio de Oliveira Salazar, para chegar uma saída sem violência, que podemos verificar nas palavras de Silva e Santos:

Em 13 de outubro (1961), Amílcar Cabral subscreveu uma carta aberta ao governo português, chamando atenção para o fato de o PAIGC ter já iniciado ações diretas tendo em vista libertar os povos da Guiné e Cabo-Verde do colonialismo, mas considerando que seria melhor para as autoridades portuguesas negociarem à mesa a autodeterminação e a independência, sugerindo mesmo que nessas negociações se deviam estabelecer as bases de cooperação sincera e mutuamente válida entre ambos países (SILVA; SANTOS, 2014, p.38).

Ainda segundo Silva e Santos (2014), o período de 1961 e 1962 se resumiu em várias tentativas de negociações por parte do PAIGC, denunciando o governo português e pedindo ajuda internacional como se verificou nas conferências em Casablanca e Dakar nos anos de 1961.

³ Um dos principais protagonistas da luta de libertação e de criação de PAIGC (Partido Africano Para a Independência da Guiné e de Cabo Verde) nasceu 12 de Setembro de 1924 em Bafatá (Guiné-Bissau, zona Leste do país), ficou até 1935/6, depois foi para Cabo Verde estudou no liceu S. Vicente onde fez ensino secundário de 1935/6 a 1945. Depois foi concedida uma bolsa para estudar na universidade de Lisboa de 1945 a 1952 fez agronomia. Em 1952 Amílcar Cabral voltou à Guiné Portuguesa onde trabalhou para governo colonial no recenseamento agrícola em pessubé. Morreu no dia 20 de Janeiro de 1973, (IÉ, 2016, p. 33).

Tendo esgotado todos os recursos que possam ceder a independência do país pacificamente, a última saída que restou foi a luta armada que durou onze anos até o domínio da maioria do território nacional por parte da guerrilha do PAIGC, e assim, em 1973 o então General João Bernardo Vieira “Nino Vieira”, leu a carta de proclamação da independência da Guiné-Bissau em Madina de Boé,⁴ que Portugal por sua vez não reconheceu e somente no ano seguinte em 1974 com a pressão das Nações Unidas acabou reconhecendo à Guiné-Bissau como um país independente.

Desde independência até dias de hoje, a Guiné-Bissau experimentou dois regimes político-econômicos, sendo elas o socialismo marxista e a democracia capitalista. Após a fundação da República o país adotou o socialismo por ser um regime que mais se identifica com as tradições da sociedade guineense, e não só, também, pela luta para independência ser apoiado pelos países como a Cuba, China e Antiga União Soviética (URSS), países estes que também partilham o mesmo sistema, e assim, foi a aderência da República da Guiné-Bissau ao sistema socialista.

Com a queda da Antiga União Soviética (URSS) e forte influência capitalista no continente africano, as relações econômicas bilaterais e multilaterais que perpassavam entre os países que compartilham o sistema socialista enfraqueceram, especialmente a Guiné-Bissau que dependia dessas trocas, entre União Soviética, China e Cuba entrou também em declínio e com o primeiro golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 por questões internas do partido PAIGC, a situação do país tende a piorar, a situação econômica e financeira se encontrava num estado crítico, obrigou a paralisação em vários setores estatais. Esse agravante fez com que o governo recorresse para financiamentos internacionais, especificamente ao Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que estes por sua vez, condicionaram a mudança do sistema político-econômico, portanto foi assim que aconteceu a subversão do antigo regime.

Nesse contexto, o presente artigo vai tentar compreender a partir de uma análise, a movimentação destes dois regimes políticos na Guiné-Bissau. Em primeiro lugar será feito um histórico sociopolítico do país após a indenpenência, baseando nos parâmetros socialistas, com isso, vai ser alcançado as forças e fraquezas deste regime político de acordo com o momento que se diz da sua vigência na Guiné-Bissau.

⁴ Sector de Região de Gabu, zona leste do país.

Em segundo lugar, verifica-se em mesmos termos conceituais, de acordo com o regime político que o país adotou após o socialismo, às suas movimentações que vem sendo feitas pelos governos seguintes, no caso à democracia.

Por último, será balanceado os percursos dessas dualidades do regime político pelo o qual a Guiné-Bissau já experimentou, trazendo assim, as contribuições e o que possivelmente poderia ser mudado pelo bem movimentar político do país.

2 O PERÍODO SOCIALISTA

O sistema socialista⁵ no contexto guineense se deu por dois aspectos, um por fator interno e outro por fator externo. No que diz respeito a fator interno, o país apresenta na sua maior escala territorial uma sociedade rural que vive à base da agricultura. É de extrema importância voltar para história da configuração territorial do país antes da chegada dos portugueses.

O país que é hoje a Guiné-Bissau, antes do contato com portugueses a população nativa era dividida de acordo com traços étnicos e cada grupo tem seu espaço e de lá produziam seus alimentos. Falando do espaço nos remete logo a questão de propriedade, que na Europa serve como um fator de distinção social, exemplo das sociedades feudais⁶. No contexto africano o conceito de propriedade comporta de outra forma, como podemos ver, segundo Ki-Zerbo (2006) *apud* Cateia (2018),

No sistema africano, a propriedade sempre foi mínima, num contexto no qual não havia escassez de terras. Não havia necessidade à corrida por propriedades agrícolas. Tanto a comunidade como os indivíduos tinham direitos sobre a terra e a propriedade era um usufruto e não uma propriedade de uso, exploração e alienação. O sistema africano tradicional visava limitar os desperdícios e evitar o açambarcamento da propriedade por alguns poucos, garantindo a cada indivíduo a possibilidade de dispor de um lote de terra para aplicar suas capacidades produtivas (CATEIA, 2018, p. 107).

⁵ Por sociedade socialista designaremos um conjunto institucional no qual o controle sobre os meios e sobre a própria produção está concentrado em uma autoridade central, ou, como poderíamos dizer também, no qual, por uma questão de princípios, os assuntos econômicos da sociedade pertencem à esfera pública e não à privada, (SCHUMPETER, 1961 p. 206).

⁶ Feudalismo foi um modo de organização cultural, econômica, social e política fundamentada no regimento da servidão que predominou durante toda a Idade Média na Europa entre os séculos V e XV. Esse tipo de sistema era baseado na propriedade sobre a terra que pertencia ao senhor feudal – aquele que cedia uma porção de terra ao vassalo (servo) em troca de serviços resultando uma relação de dependência. Acesso em: <https://www.meusdicionarios.com.br/feudalismo>, data: 08/08/2019.

Para isso, a questão da propriedade não diferencia classes sociais, salvo em condições de Régulo, que para exercer esse cargo é necessário pertencer à família real, fato que é culturalmente aceito nas sociedades africanas, as pessoas organizam para trabalhar por esse representante. Esse caso também se verifica nas relações sociais mesmo não pertencer à linhagem real as pessoas se juntam e vão ajudando uns aos outros.

O caso guineense não difere dessa dinâmica, os polos geográficos são divididos de acordo com grupo étnico, sendo norte partilhado por étnias *Manjaca* e *Pepel*, sul por *Balantas* e leste por *Fulas*, vale ressaltar que essa configuração não é rígida, tem territórios que são partilhados por diferentes grupos étnicos e cada um goza da sua propriedade.

De acordo com Teixeira (2015), o plano do PAIGC pós-independência priorizava a agricultura como um chave de economia, que significava mais que um cultivo e sim ter presente o que o povo pode fazer, simbolizando assim uma *democracia popular*. Dito isso, esses aspectos têm certa proximidade do ideal socialista, questão de coletivismo e igualdade em primeiro plano. No plano externo, no período colonial assim como no período das lutas pela independência, o mundo vivia numa guerra fria, um mundo bipolar, dividida em dois grupos: um que apoiava sistema Ocidental e outro que alinhava com sistema Soviético (URSS).

Os colonizadores são representantes do grupo Ocidental, aliando com as ideologias econômicas estadunidense o espírito que Weber⁷ (2004), denomina de *auri sacra fames* (incontida avidez por dinheiro), presam por um mundo aberto de livre comércio, quem deter mais condições financeiras tem mais propriedade no mercado e automaticamente controla o mundo.

Já o Bloco Soviético baseada nas ideologias marxistas se opõe ao sistema capitalista, tendo como sistema político-econômico o socialismo, aqui as propriedades são reguladas sob tutela do Estado de modo que cada um consiga compartilhar do mesmo *status* social e financeira. E foi esse Bloco que apoiou a África no período da luta pela independência. Por conta disso, maioria dos países africanos adotaram esse sistema político de organização do Estado. Esse fato também contribuiu para aderência da Guiné-Bissau a esse sistema.

O período socialista no plano social, relacionamento entre o Estado e a população em princípio foi marcada de uma boa relação, inclusive tinha cadeiras parlamentares para os poderes locais e estes podiam dar suas opiniões em relação ao desenvolvimento do país, essa relação estende-se por outros campos,

⁷ A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo (2004).

As relações entre a sociedade civil e o Estado eram exercidas tanto no nível administrativo quanto na prestação de serviços de abastecimentos e comércio para a satisfação das necessidades básicas das organizações de massa, dependentes do Partido-Estado que sustentava a legitimidade da fundação da nação (TEIXEIRA, 2015, p. 204).

A partir do momento que o financiamento chegou para o país vai começar os conflitos que, segundo Cardoso (1995), esse financiamento vai ser aplicado somente nas empresas dos agricultores privados, os chamados ponteiros e o que estava na base dessa distribuição era o clientelismo⁸.

Então esse é o ponto principal que vai mudar a boa relação que estabelecia entre o Estado e a população. Ainda de acordo com Cardoso (1995), esse fato vai causar desigualdades sociais, que finalmente a partir de 1991 começa uma série de greves, primeiro os professores reivindicando o aumento salarial, depois pessoal de saúde e militares. Por último, o mais sério e prolongado foi dos trabalhadores da Camara Municipal de Bissau (CMB).

Esse período também foi marcado de sucessivas remodelação no plano político, que a partir de 1974 com a entrada do PAIGC no poder, tinha como responsabilidade reestruturar o país e acabar com os vestígios da herança colonial. Segundo Amado (2003), o novo Estado sofria de dois factores influenciadores: o primeiro seria os princípios e o sistema que orientaram a luta pela independência e o segundo é o sistema de países que durante a luta auxiliaram o PAIGC e que manteve esses laços na pós-independência.

No primeiro caso, a estrutura do poder foi escolhido de acordo com o peso hierárquico existente dentro do PAIGC, as influências dos militares e militantes durante a luta pela independência, que de certa forma teve aqueles que foram descartados gerando assim o mal estar no seio do Partido e do Estado. Vale a pena lembrar que o artigo 4 da Constituição da República da Guiné-Bissau que futuramente foi criado pelo PAIGC lhe garantia o status de Partido-Estado, sendo assim, o problema dentro do partido refletia diretamente no país como um todo.

O primeiro governo pós-independência foi presidido pelo Luís Cabral (meio irmão do Amílcar Cabral), na figura de Presidente da República e o Primeiro Ministro ficou pela responsabilidade de Francisco Mendes “Tchico Té”. Antes de prosseguir sobre a

⁸ O clientelismo significa, portanto, uma ação de troca entre sujeitos que, por um lado, demandam um serviço de carácter público que, normalmente, não poderia ser obtido por meio do mercado e, de outro, por aqueles que administram ou têm acesso aos decisores sobre a concessão desse serviço. Essa intermediação dá-se via "moeda política", cujo débito será cobrado, provavelmente, no próximo evento eleitoral, (Seibel, 2006, p. 138).

estruturalização do governo, vale a pena lembrar que o PAIGC tinha como propósito unificar a Guiné e Cabo-Verde, porque o processo colonial acabou unindo esses dois povos de territórios diferentes, tinha e ainda, assim como hoje em dia a mistura desses dois povos em termos locais, caboverdianos na Guiné e vice versa.

Na época colonial os caboverdianos tinham mais privilégios (formando assim uma elite luso-africano), e assim como certos guineenses que atuavam a favor dos portugueses (especificamente Fulas e Mandingas), gozavam de certos privilégios, (SILVA; SANTOS, 2014). Mas de forma geral essa ascendência socialmente dos nativos (guineenses) em pequena escala e caboverdianos em grande escala, criou o mal-estar entre os colonizados, que é uma estratégia típica do colonizador, dividir para reinar.

Essa manipulação estabeleceu entre caboverdianos e guineenses uma desunião disfarçada, que permaneceu até na formação do governo, aliás, há relatos que alegam a justificativa da morte do Amílcar Cabral por questões dessa divergência.

Dessa forma, o novo governo tinha que enfrentar vários problemas, destacando as elites que tinha se formado no período colonial e recrutadas tradicionais que participaram na frente guerrilheira do PAIGC. Então, fazia todo sentido integrar essas divergências para um bom funcionamento do governo e, assim, o Presidente da República era um caboverdiano e Primeiro-Ministro guineense.

No esboço geral da estrutura governamental segundo Jauára (2006), os que ganharam notoriedade ocuparam pastas ministeriais, que eram chamados de “comissários”, nomenclatura que ainda hoje é usado por certos políticos, que por sua vez tinha um caráter mais popular, tendo em conta o índice elevado de semianalfabetos naquela época. Consequentemente, essa experiência não teve êxito, durou somente três (3) anos, 1974-1977. Esse fato deu-se em detrimento da vitória do bloco que sustentava as ideologias do João Bernardo Vieira, o então Ministro das forças armadas, que não alinhava com as perspectivas do Presidente da República, Luís Cabral.

Perante essa situação, o PAIGC resolveu remodelar o governo, ainda de acordo com Jauára (2006), as tarefas foram descentralizadas, criando assim o Órgão Supremo (Assembleia Nacional Popular) que nomeava o conselho de Estado, Conselho do comissário de Estado que tinha dupla função: nomear a presidência coletiva dirigida por um dos seus membros e o governo composto de 16 comissários. Órgão Executivo, por sua vez, ficou com o papel de responsável perante o legislativo. Essa estrutura por sua vez fracassou, tendo aguentado somente um ano por motivos do assassinato do então Primeiro-Ministro, Francisco Mendes. No total, foram duas remodelações no partido assim como no governo antes do

primeiro golpe de estado de 14 de novembro de 1980, denominado de movimento reajustador⁹, que na visão de Teixeira (2015), foi cunhado na justificativa de tirar o poder político na mão dos cabo-verdianos, que detinham cargos-chaves no governo Luís Cabral para devolvê-los aos principais guerrilheiros guineenses. Isso, fragmentou o Partido e também comprometeu o processo da unificação de Guiné e Cabo-Verde.

Após o golpe, João Bernardo Vieira ocupa o lugar de Presidente da República, e tudo continuou seguindo o viés socialista. De acordo com regime socialista, tudo pertencia ao Estado, nada privado e tinha até armazém “de povo”, na qual cada final do mês distribuía cesta básica a custo zero, além disso, tinha fábricas de transformações de produtos como, por exemplo, de amendoim em óleo de cozinha. E por último o governo patrocinava bolsas de estudos através das relações exteriores com países mundiais e principalmente os de bloco socialista, como Cuba, China, URSS, etc.

Ainda nesse ponto, outro fato influenciador no desentendimento dentro do partido PAIGC é a concentração do poder que se resumiu na capital Bissau, mesmo após o golpe. Considerando que a luta foi orquestrada no interior do país, faria todo sentido descentralizar o poder administrativo, levando em conta a participação de diferentes grupos sociais na luta pela independência, e que ainda estavam no processo de perpetuação de um espírito nacionalista, que a própria agenda do PAIGC propõe, como se pode ver abaixo,

A necessidade de politizar as massas deve levar o partido a ser o mais descentralizado possível, no sentido de alcançar as regiões mais remotas, com intuito claro de não viciar o partido ou confundir-lo com a máquina pública e que almeje ser a expressão direta das massas, livrando-se da ideia burguesa e ocidental de que elas não saberiam se dirigir a si mesmas (Macedo, 2016, p. 181).

Como podemos ver, a citação traz uma visão contrária da real situação que se verificava dentro do PAIGC, o poder se resumia na mão de certas pessoas que podemos denominar de “burguesia pós-colonial”.

O segundo ponto que nos propõe Amado (2003), parte do sistema de cooperação, que se verificou desde Ghana, no qual Nkrumah¹⁰ (1975), queria romper com o neocolonialismo, chamando atenção a esse fenômeno impactante que ainda causa problemas na África como um todo, que é uma forma indireta dos colonizadores atuarem nos países colonizados e não só, através de seus capitais econômicos e ideológicos. Nkrumah (1975), por sua vez, propõe uma autoajuda entre os países colonizados, por se encontrarem numa situação de

⁹ Seria uma forma de preservar a memória do passado “tradicional” como contraponto à “modernização” defendida pelo governo de Luís Cabral. (AUGEL, 2007).

¹⁰ A África deve unir-se (1975).

vulnerabilidade, por conta do saqueamento que os colonizadores efetuaram nestes países, e aqueles que direta ou indiretamente apoiou às independências, os chamados bloco socialista.

A Guiné-Bissau em particular, teve ajuda de Guiné-Conacry, onde foi montada bases armadas e países de bloco socialista (China, Cuba e URSS), que ajudaram na formação de soldados, armamentos e manutenção durante o período da guerrilha. Então, essa influência acabou moldando o primeiro regimento do governo, apesar do programa do partido PAIGC, não declarar esse fato como fizeram outros países colonizados pelo Portugal, exemplo de Angola e Moçambique, como afirma CARDOSO (1995). Na mesma linha de pensamento, Cahen (2015), salienta que pensar num sistema de partido único é coerente com a adoção do marxismo-leninismo e isso foi o que os movimentos libertadores dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) implementaram. O sistema socialista, apesar de não ser esclarecido explicitamente pelo programa do PAIGC, como acima foi citado, funcionou no momento que em já tinha se formado uma elite luso-africana e outra outóctone. Estes, por sua vez, nunca abdicaram de seus status privilegiados em prol da nação.

Baseando de novo nas pesquisas de Jauára (2006), o partido PAIGC até o fim do regime comportou de dois blocos de privilégios (possível resquícios da colonização), um grupo presidencial e outro militar, formando assim uma organização fechada que garantia os bens financeiros do Estado exclusivamente para aqueles que estivessem afilhados ativamente nesses confrontos de benefícios. Em outras palavras, o que mudou foram agentes políticos, na época colonial tudo era sugado para corôa portuguesa e na época da máquina do PAIGC as riquezas e cargos políticos se resumiram no partido, e assim, a população ficou refém desse sistema.

Nesse sentido a elite do PAIGC usava a massa campestre que também fazem parte do partido para seus benefícios, na visão de Jauára (2006), a legislação foi elaborada pelos “luso-africanos” intelectuais aproveitando da falta do conhecimento da técnica legislativa do campesinato para assumir efetivamente a responsabilidade de elaborar todas as leis jurídicas, orçamentária e estratégias de desenvolvimento do país.

Fazendo uma análise em termos fanoniano no contexto da movimentação de interesses dentro do partido, diríamos que esses guerrilheiros semianalfabetos ocupavam a base do pirâmide e assim, comparando com período colonial seriam iguados aos campestres que sofriam diretamente a violência vinda do colonizador, porque os proletariados de certa forma

são os “mimados” pelos colonizadores, termo usado pelo Fanon (1979 *apud* Macedo 2016). Então, estes inconformados serviam em termos soviéticos de “cidadões úteis¹¹”.

O fim do sistema socialista se deu nos finais de anos oitenta, com a crise econômica que abalou a África, alguns países recorreram a organismos financeiros mundiais no caso, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e outros países continuaram insistindo no antigo sistema econômico de partido único. Nas palavras de Cardoso,

A Guiné-Bissau, sendo um dos países mais pobres do mundo, tendo praticado ao longo dos primeiros quinze anos da sua independência uma política econômica desastrosa, tendo tido um regime autoritário de partido único e tendo por diversas vezes violado os direitos elementares da pessoa humana, não podia escapar à regra. Também aqui estavam reunidas as condições internas e externas para se iniciar um processo de mudanças profundas a todos os níveis da sociedade, mormente nos domínios político e econômico (Cardoso, 1995, p. 259).

Para esse financiamento, os organismos acima citados exigiram a mudança no sistema econômico e abertura do mercado. O então Presidente da República João Bernardo Vieira concordou com as propostas e assim, o país adentrou no sistema capitalista, adotando o livre comércio em 1987.

Enfim, para fechar essa fase do socialismo arriscamos à dizer que o principal fracasso desse regime na Guiné-Bissau foi marcada pela burguesia do partido PAIGC no plano interno, que na visão de Fanon (1979), é impossível a existência dessa configuração populacional nos países subdesenvolvidos, porque este serve de abertura para missão capitalista e assim, implanta o neocolonialismo, (MACEDO, p.181, 2016). E no plano externo parte do fim da guerra fria e a derrocada da União Soviética e a crise dos parceiros como a Cuba.

3 OS ENTRAVES DA DEMOCRATIZAÇÃO

Comumente se diz que a pressão vinda do Banco Mundial e FMI acarretaram a transição do regime socialista para a democratização do país. Estes organismos internacionais por serem possíveis financiadores da África durante a crise dos anos oitenta no geral e a Guiné-Bissau em particular, exigiram para os países que tinham base econômica mercantil socialista à adotarem o sistema capitalista liberal, mudando assim o regime político. As bases

¹¹ Massa de manobra, refere ao conceito de violência simbólica de Pierre Bourdieu, onde a sociedade é conduzida por uma ideologia dominante, se anulando enquanto ser histórico e protagonista. Acesso em: <http://conscienciapoliticapmbm.blogspot.com/2012/11/o-que-e-massa-de-manobra.html>, Data: 21/08/2019.

socialistas não comportam propriedade privada ao contrário do liberalismo que presa por este sistema.

No caso guineense o fenômeno da democratização é um despertar para população que estava exausto do sistema vicioso do partido único, no caso a máquina do PAIGC. Além da população, alguns intelectuais assim como guerrilheiros do partido não concordavam com o regime autoritário do Nino Vieira, lembrando que foi ele o mentor de golpe de 14 de novembro, que por acaso deveria servir de movimento reajustador, como foi batizado o próprio acontecimento.

Para o efeito, houve de novo a fragmentação dentro do partido, uma ala que apoiava literalmente a democratização e outra que de forma disfarçada não queria perder o monopólio que o sistema de partido único lhe oferecia. Em uma entrevista à emissão *Nô pensa Guiné*, Rádio Voz da junta Militar em 19 de janeiro de 1999 segundo Koudawo, Manuel Rambout Barcelos afirma que:

Pelo que concerne à abertura política, no seio do PAIGC havia concepções diferentes. Havia aqueles que defendiam uma real abertura política, porque nós pensámos que uma verdadeira abertura política o PAIGC ia ser obrigado a reformular-se para poder se competitivo, regressar assim às suas vias originais, e defender os interesses das suas bases em conformidade com os princípios da luta. Entretanto, assim em competição com os outros, o PAIGC teria sido obrigado a renovar-se e a regressar as suas bases ideológicas. Mas havia outra corrente que defendia uma liberalização de fachada, uma liberalização política como uma maneira de criar uma aparente democracia na qual o PAIGC teria continuado a dirigir todo o processo, porque havia uma grande pressão externa em relação ao pluralismo em África. Penso que todo esse processo desembocou uma liberalização mais de fachada do que real (KOUAWO, 2001, p. 135).

Pelo visto, o partido necessitava do financiamento para benefícios próprios e não para tirar o país da extrema crise que se encontrava. Como podemos ver é de costume a fragmentação do partido em todas situações enfrentadas, que de fato antecede à independência, isso mostra a falta de estabilidade interna do PAIGC.

Essa fragmentação, impulsionou através das exigências dos militantes internos, a realização de um congresso extraordinário do PAIGC, datada no ano de 1991. O tema do congresso foi “renovação, unidade nacional e aprofundamento da democracia”, que de acordo com Koudawo (2001), mostra que o sistema pluralista nem sequer começara. Mas por outro lado, o congresso teve um papel importante na revogação do artigo 4 da constituição de 1984 que faz do PAIGC “a força política dirigente da sociedade e do Estado”, e também segundo Cardoso (1995), é a partir desse congresso que foram recomendadas o seguinte:

despartidarização militar, desvinculação da central sindical da União Nacional dos Trabalhadores Guineenses (UNTG), do PAIGC.

Com o efeito, foi com base na revogação do artigo 4 que se restabeleceu alguns partidos que foram fundadas no período colonial para luta da independência, caso de FLING (Frente de Libertação para Independência Nacional da Guiné), e também restabeleceu outro partido político criado após à independência, Movimento Bafatá, 1986. Nesse mesmo contexto, foram legalizados partidos dos dissidentes do próprio PAIGC, que militavam em oposição ao que a tradição libertária do partido propunha. Partidos estes: PCD (Partido da Convergência Democrática), FDS (Frente Democrática), PRS (Partido da Renovação Social), UM (União para Mudança).

Na perspectiva de Cardoso (1995), todos esses opositores não tiveram uma base sólida para enfrentar o PAIGC, sendo que estes, porventura tinham que fazer coligação e assim possivelmente poderiam dividir cadeiras parlamentares com atual regime. Mas pelo que se verificou estes mesmos opositores confrontavam entres si, e nesse sentido davam brechas para serem manipulados pelo PAIGC, nas palavras do autor,

Ao contrário do que aconteceu em Cabo Verde onde a oposição se cristalizou à volta do Movimento para a democracia e em São Tomé e Príncipe onde os opositores do regime aceitaram organizar-se principal-mente em torno do Partido da convergência democrática/Grupo de reflexão, na Guiné-Bissau a oposição apresentou-se profundamente dividida durante todo o processo de transição. Até nas vésperas das eleições os doze partidos da oposição viam-se mais como rivais políticos do que organizações políticas cujo objectivo fundamental na altura era destronar o PAIGC e instaurar a democracia pluripartidária (CARDOSO, 1995, p. 274).

À partir dessa revogação, podemos afirmar que de concreto houve um pequeno andar para à democratização do país. Digo pequeno porque o partido PAIGC só perdeu o *status* de ser Estado e sim continuou sendo até então o mandante no Estado. Sendo assim, teve o prazer de vencer as eleições realizadas em 1994, que mais para frente será retratada.

Ainda nesse processo, surge um mês depois da queda do artigo 4 de 1984, a carta intiulada 121 (maio de 1991), que expressava do desejo de renovação interna do partido, assinada por 121 intelectuais e militantes do PAIGC, essa carta mostra que a queda do artigo 4 não mudou nada, internamente assim como externo ao partido.

As eventualidades para estabelecimento de uma abertura política não pararam por aqui, após carta 121 aumentou tensão internamente no seio do partido, isso, encorajou em 1992 a criação de uma Comissão Multipartidária da Transição (CMT), que segundo Kouawo

(2001), essa comissão tinha função de aconselhar o poder e a oposição para uma chegada ao pluralismo.

Finalmente com o trabalho de CMT foi criada em janeiro de 1993 a Comissão Nacional das Eleições (CNE), que nela foi incumbida de preparar as eleições, essa fase foi denominada pelo Koudawo (2001), de “grande abertura”.

Até exato momento, a ala que detinha o poder do partido não se sentiu confortável com os preparativos para futuras eleições. Depois de três meses do trabalho de CNE, aconteceu um incidente no qual foi assassinado o então chefe de polícia de intervenção rápida (PIR), Major Robalo de Pina, que era homem de confiança do Presidente Nino Vieira, com isso, foram interrompidos o processo das eleições que poderiam acontecer em curto prazo, alegando a instabilidade no país. No decorrer desse episódio foram presos líderes dos partidos opositores já legalizados com prerrogativa de que estes possivelmente estão por detrás do acontecimento de 17 de março, e isso seria uma tentativa de golpe de Estado. Conforme Koudawo (2001), os opositores presos foram João da Costa do Partido para a Renovação e o Desenvolvimento (PRD), este que tinha exercido cargo de ministro no regime Luís Cabral, deste modo fica óbvio a desconfiança do então presidente Nino Vieira ao líder do PRD. Outro preso foi Tagme Na Waie da Resistência da Guiné-Bissau- Movimento Bafatá, que também tinha pendências com Presidente da República, por envolver na tentativa de golpe de Estado de 17 de outubro de 1986.

No decorrer da fase anterior (criação de CNE), que Koudawo (2001) denominou de “grande abertura”, com o incidente de 17 de outubro o autor, a pouco iludido, muda denominação para “abertura ameaçada”. A criação de CNE foi de fato uma esperança eufórica para aqueles que não aguentavam o regime regente e ao mesmo tempo simbolizava uma disputa democrática no qual o povo decidiria nas urnas um representante do país e do governo, até exato momento Nino Vieira dirigia o país. Na função de Presidente da República achou que com a instabilidade que o país deparava não tinha condições para realização das eleições, no caso o acontecimento de 17 de outubro de 1986 e também os financiamentos que o país precisava para tais feitos não foram cedidas, e assim, os preparativos eleitorais foram adiadas.

Finalmente, em julho e agosto de 1994 foram realizadas as primeiras eleições na Guiné-Bissau, que contou com a vitória do mesmo regime que estava no poder, tanto para presidenciais assim como para o governo. Essa vitória do PAIGC criou desconfianças para muitos autores políticos, exemplo de Kumba Yala, que foi derrotado na segunda volta das eleições presidenciais, ele alega que:

Tive voto de qualidade, da juventude, dos intelectuais. O meu eleitorado é esclarecido e ninguém o pode aterrorizar. No interior do país o PAIGC aproveitou a miséria para distribuir géneros alimentares e materiais de construções, aliada a uma forte pressão dos militares e paramilitares (KOU Dawo, 2001, p. 140).

Em decorrência desse novo mandato do PAIGC foi marcado por vários conflitos, o país de novo mergulhou numa crise política, que finalmente essas tensões culminaram numa guerra civil que durou onze meses, isso em 1998.

Os motivos da guerra civil de 1998 segundo estudiosos da área, especialmente Koudawo (2001), quem mais o detalhou, afirma que o impacto principal que motivou essa fatalidade foi o tráfico de armas, que era feito em benefício do movimento secessionista da região sul do Senegal concretamente em Casamansa, em consequência disso, o Presidente Nino Vieira no dia 5 de junho decreta a retirada dos poderes conferidos ao Ansumane Mané na figura de CEMGFA¹². Em seguida, o Ansumane recusa sua saída no cargo, alegando que este tráfico parte do Presidente da República.

Como podemos analisar, é de costume, o PAIGC em momentos difíceis fragmentar em duas alas, neste caso, uma política e outra militar. Desta vez, o Presidente Nino que outrora no golpe de 14 de novembro tinha monopólio militar e conseguiu derrubar Luís Cabral, ficou refém dos próprios militares que agora estão sob comando de Ansumane Mané, e assim, este recusou a exoneração e aumentaram as tensões dentro de capital Bissau. Segundo Gomes (1998), “no dia 6 de junho num comício na chapa de Bissau, Nino Vieira, afirma que presidirá os destinos da Guiné-Bissau até cair de velho, e apelida a oposição de “*catchu caleron*” (passáros)”, (GOMES, 1998, p.22). Nas análises que podemos concluir desse discurso do Presidente é que, com a idolatria que ele gozava e repressão que o seu regime vem cultuando, ninguém um dia na visão dele poderia derruba-lo, mesmo que ele estiver fora dos exercícios presidenciais sua ideologia permanecerá guiando o país.

Para o Presidente, usando termo maquiaveliano, ele tinha o controle e o equilíbrio de *virtú* e *fortuna*, essa confiança o levou a ruína. Ressaltando, o fato no que diz respeito à *virtú* segundo Maquiavel (2003), é qualidade do homem realizar grandes obras e feitos, de controlar eventos, força de induzir os homens individualmente ou em grupo, essas qualidades em parte podemos verifica-las na figura do então Presidente da República. Visto que, ele carrega uma fama desde períodos da luta pela independência, sendo um dos mais novos da guerrilha, Nino possui uma coragem excepcional, chegando a comandar uma frente de guerra

¹² Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

e foi na fala dele a leitura da carta que proclamou a independência do país, nesse contexto essa capacidade de persuasão e de liderança estão revestidos em seu gênese.

Após o decreto da destituição do então Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Ansumane Mané, o Presidente Nino Vieira deveria deixar o país para tomar parte na cimeira da Organização da Unidade Africana (OUA) em Burkina-Faso, e acontece que,

Segundo fontes do Governo, o conflito que hoje se vive na Guiné-Bissau, surge do facto de que, após anunciada a sua destituição na manhã do dia 5 de junho, e sob ordens do Presidente da República, um grupo de militares teria sido enviado, no dia seguinte, a residência oficial do Chefe do Estado-Maior com a intenção de o desarmar. Este e seus homens resistira, e na troca de tiros que se seguiu caíram as primeiras centenas, senão milhares de vítimas deste doloroso conflito. A versão da Junta é que os homens enviados a casa de Ansumane Mané tinham como missão a sua eliminação física após o que seria responsabilizado publicamente pela questão do tráfico de armas (Gomes, 1998, p. 29).

Como podemos ver, a citação nos traz duas forças antagônicas, uma dos militares fiéis ao Presidente e outra dos antigos combatentes que já estavam esperando momento como esse para juntarem forças e destituir o Presidente da República (PR). E pouco à pouco foram se juntando a grupo de Ansumane Mané e assim, formaram no que foi denominado Junta Militar. Aliás é importante trazer um dos pontos que Koudawo (2001) frisa, quando traz séries de pontos para pensar os motivos dessa guerra, uma delas é a questão mal resolvida da desmobilização dos antigos combatentes da guerra de libertação. Esse fato explica toda aderência dos antigos combatentes a Junta Militar, porque foram invisibilizados e abandonados desde o antigo regime.

Nesse sentido o Presidente teve negligência na questão da *fortuna* e aconteceu o acaso da força adversária conseguir reunir uma quantidade considerada de militares com participação de guerrilheiros que possuem mais experiências no quesito guerra. Para não aprofundar nos acontecimentos da guerra e suas consequências que foram drásticas e não trouxe nada de bom para o país, que também não é o foco do trabalho, essa fase de controversias da democratização fecha por aqui, e concluindo que o final da guerra civil de 1998 contou com a vitória de Junta Militar, e o Presidente Nino Vieira foi forçado ao exílio político no estrangeiro, concretamente em Portugal.

Finalmente nas eleições pós-guerra civil, já nos anos de 1999, o partido PAIGC pela primeira vez após vinte e seis anos no poder se viu derrotado pelo PRS (Partido da Renovação Social), essa eleição marcou um segundo ato que podemos denominar do exercício da democracia.

4 DEMOCRACIA: REALIDADE OU ÚTOPIA?

Antes de mergulhar nas análises do caso guineense perante a democracia, é importante trazer o contexto histórico pelo qual esse regime se consolidou, isto é, à depender dos contextos de países no qual ela se regeu.

Na história aprendemos que a democracia surge na Antiga Grécia, no qual o indivíduo que fazia parte da *polis* podia exercer sua cidadania através de voto perante as decisões sociais e políticas que eram discutidos dentro dessa sociedade, que nos tempos seguintes especificamente no império Romano foi denominado de *plebiscito*. Finalmente, os casos como a revolução americana e francesa contruíbíram para o resgate desse pensamento político e assim, com o impulso capitalista reforçou para o fim das monarquias, em muitos países.

Segundo Schumpeter (1961), “filosoficamente a democracia se expressa como um arranjo institucional para chegar certas decisões políticas que realizam o bem comum, que é decidido pelo povo através das eleições”. Só que no contexto grego assim como romano, trazendo-os como duas referências para essa discussão, esse poder era restrito, excluindo mulheres, pobres e escravos. O exercício dessa cidadania restringia-se aos homens adultos e ricos. De acordo com Bresser-Correia (2008), “os países avançados se tornaram verdadeiras democracias no século XX, quando os pobres e as mulheres finalmente conquistaram o direito de votar e de serem eleitos”. Nesse sentido, podemos observar a tardia consolidação da democracia nos países pelo qual ela foi processada, diferentemente dos países africanos ou aqueles que sofreram com o processo da colonização.

No contexto africano a democracia já se expressava visivelmente nas comunidades tradicionais, no qual, para resolver um problema dentro da sociedade se reúne grupos de anciões e anciãs, mesmo com posições antagônicas procuram sanear tal impasse. No caso guineense podemos trazer exemplo do sistema político dos *Balantas*, que é considerado uma sociedade horizontal¹³.

No que concerne a democracia que se implantou na Guiné-Bissau, será feito análise em duas esferas, uma económica e outra política. Nas palavras de Bresser-Correia,

¹³ Nesta sociedade do mato, grande número de Balanta pegou a arma, e não é por acaso, não é porque Balantas são melhores que outros. É por causa do tipo da sociedade que eles têm sociedade horizontal (rasa), mas, de homens livres, que querem ser livres, que não têm nenhuma opressão em cima, a não ser opressão dos tugas. O Balanta é ele e o tuga por cima dele, porque o chefe que lá está o Mamadu (aliados dos portugueses, maioria pôs dos casos são Fulas e Mandingas), ele sabe que não é nada seu chefe, foi tuga que os pôs lá (CABRAL, p.12, 13).

Os caminhos ou mecanismos que levaram à democracia variaram historicamente de país para país, mas as duas condições necessárias para as democracias consolidadas foram, em primeiro lugar, a revolução capitalista, que deslocou do Estado para o mercado o cenário da apropriação do excedente e, em segundo lugar, a gradual percepção, pela burguesia, de que o sufrágio universal não a levaria a ser expropriada pela classe trabalhadora (Bresser-Correia, 2008, p. 2)

Como podemos ver, a citação nos traz a questão de revolução capitalista, que foi verificado nos países como Inglaterra, Estados Unidos de América. Já esse processo de revolução capitalista industrial não se verificou na Guiné-Bissau, a democracia se deu naquilo que o autor considera de primeiro fracasso para uma consolidação sólida democrática num determinado país. Bresser-Correia (2008), garante na sua tese de que uma democracia imitada ou forçada pela pressão externa está fadada a instabilidade, ressaltando o fato capitalista que impulsionara a liberação do controle do mercado pelo estado para as mãos dos comerciantes.

O autor continua trazendo um fato importante sobre a consolidação democrática, que é o caso histórico de cada país, nesse sentido, “com as consequências de imitações ou de pressão externa, a democracia pode emergir sem que as condições históricas tenha se materializado, mas o regime político será instável, no entanto saneando questões históricas há fortes evidências de não retorno ao regime autoritário”, (BRESSER-CORREIA, 2008, p. 5).

Nessa mesma linha de pensamento, Cardoso (2004, p.13), “traz o processo democrático na Guiné-Bissau como uma representação política de um processo social de transformação de classe burocrática do Estado numa burguesia comercial e fundária, com uma maior atomização das classes populares através das multiplicações dos sindicatos, associações, partidos e ONG”. Mas, só que o regime do partido único resistiu muito a esse fato, como acima foi esplanado, muitos entraves para realização das primeiras eleições no país assim como pendências históricas de uma desarmonia no seio de partido. De forma pontual, foi possível a instalação da democracia na Guiné-Bissau graças a cinco pontos: a abertura do mercado, queda do artigo 4, carta 121, criação da CMT e finalmente a criação da CNE.

Agora, focando na questão econômica, no que diz respeito à descapitalização do mercado na mão do Estado, que a própria FMI e Banco Mundial exigiram, acontece naquilo que Cardoso (2004, p.13), chama de “bonapartismo presidencial”, isto é, “o Estado criou bases para o aparecimento de uma burguesia comercial e agrária que, por falta de melhores bases econômicas continuou ligada a um aparelho de Estado centralizado na figura de Presidente”, (CARDOSO, 2004). A partir disso, não se pode afirmar uma verdadeira abertura do mercado, e assim, em termos econômicos não podemos afirmá-la como uma democracia estável.

Em termos políticos do que é exigido nos parametros democratico, exercício dos três direitos de um cidadão, social, civil e político a muito tempo não se verificou no contexto da democratização do país, tomando como exemplo o controle das mídias pelo regime do partido único, como acima foi esmiuçada. Esse controle midiática levantou suspeitas perante a primeira eleição, no qual o regime cessante saiu como vencedor e, não só, podemos verificar as fases pelo qual o país passou para chegada a primeira eleições democraticas, queda do artigo 4 de 1991, que foi um trabalho duro para sua concretização, democratização do partido que muitos não estavam de acordo, criação da CNE. O mais emblemático foi o caso 17 de março, que na visão do antigo Presidente Luiz Cabral foi uma manobra por parte do Nino Vieira com intuito de prolongar eleições, como conta Koudawo:

Várias conjecturas foram feitas sobre as circunstâncias da morte do Major Rubalo de Pina, que até à data continua misteriosa. Em novembro de de 1998, o antigo presidente Luiz Cabral declarou em uma entrevista à Rádio Renascença (Portugal) que segundo uma versão à qual ele teve acesso, o próprio Nino Vieira teria sido o autor do tiro que matou o Major no gabinete presidencial. O corpo do malgrado teria sido evacuado, embrulhado num tapete do dito gabinete. A história do alegado golpe conhecido pela designação de 17 de março teria sido inventada para massacrar a verdade e desencadear uma repressão política destinada a travar o processo democrático (KOU Dawo, 2001, p. 138).

Verificando esses acontecimentos, mostra que o país ou então o PAIGC não estava preparado para uma democracia estável. Neste caso, a interpretação que fica é seguinte: no momento que o poder político é controlado automaticamente se controla o poder económico, foi isso que a ala partidária que apoiava o Presidente da República soube fazer até 1998.

5 FORÇAS E FRAQUEZAS DO SOCIALISMO E DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU

Aqui será feito um breve apontamento sobre as movimentações dos dois regimes e apontar possíveis forças e fraquezas dos ambos.

A primeira força do socialismo foi a ideologia que o seu discurso pregava, com isso Amílcar Cabral conseguiu unir os nativos guineenses para fazer uma frente contra o colonialismo, como podemos ver no seu discurso,

Unidade e luta quer dizer que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade é preciso lutar. E isso significa que mesmo entre nós, nós lutamos; talvez os camaradas não tenham compreendido bem. O significado da nossa luta, não é só em

relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade eluta. Unidade para lutarmos contra o colonialista e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser (CABRAL, 1984, p.8).

Além dessa união e criação de um espírito nacionalista, o socialismo também ajudou a Guiné-Bissau a encontrar parceiros internacionais, que ajudaram na luta pela independência e construção do Estado.

Como todo sistema tem suas brechas, o socialismo foi usado pelos dirigentes do Partido único para seus fins, e assim, houve várias remodelações no decorrer do seu funcionamento, como foi esplanado acima. Esse é um dos pontos que podemos atribuir de fraqueza do sistema, aliás, também centralizou o poder dentro da liderança do PAIGC, no qual o Presidente Nino Vieira chegou a exercer tripla função (PR, Primeiro Ministro e Secretário do PAIGC). De forma geral o que se reclama do socialismo na África é o fato dela menosprezar as tradições africanas, que é uma coisa crucial dentro dessas sociedades.

Tanto na Guiné-Bissau como em Cabo-Verde, o socialismo foi movimentado pelo PAIGC que, apesar de ser o mesmo partido, implementou o modelo de forma diferenciada nos dois territórios. Como exemplo, temos as Constituições dos dois países, no qual, na Guiné-Bissau, previa a aplicação de pena de morte e fuzilamentos públicos, coisa que não aconteceu em Cabo-Verde. Outro ponto, diz respeito ao próprio modelo socialista que, cuja adoção nunca foi explícita na Constituição, sendo uma espécie de socialismo-disfarçado, ainda que as práticas partidárias e do próprio estado guineense refletissem uma orientação socialista. Na Guiné-Bissau, o PAIGC torna-se partido único e confunde-se com o próprio estado, conseguindo uma hegemonia e quase que apagando a oposição política.

No que tange a democracia pode-se dizer que o seu auge foi nas primeiras eleições datada em 1994, porque tirou do partido único a total autoridade sobre o Estado, permitindo assim o povo a escolha de um representante democraticamente. Mas também serviu do momento proliferativo de oposições que não defendiam o bem do país e sim as desigualdades e representatividades que tinham dentro do PAIGC.

Podemos considerar, a permanente instabilidade político-militar na Guiné-Bissau que resultaram em golpes de estados e crises governamentais e militares, como uma das fraquezas do regime democrático. Após as eleições, há dificuldades na formação dos governos, bem como em terminar os mandatos que são interrompidos por crises, intentonas golpes de estado. Por fim, ambos regimes contribuíram para o desenvolver do país e ao mesmo tempo foram usados para manipulação com intuito de perpetuar no poder por alguns dirigentes do Partido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da instabilidade política é o principal problema que agrava o desenvolvimento na Guiné-Bissau. Para isso, muitas das vezes se faz comparação dos dois regimes políticos que funcionaram no país (socialista e democrático), ressaltando, que o democrático ainda funciona. É de extrema importância trazer essas experiências nos debates acadêmicos, por isso, o trabalho tem essa ambição de analisar esses dois momentos, como aparece no tema, *Do socialismo à democracia na Guiné-Bissau (1973-1999)*.

Resumindo, a adoção do regime socialista na Guiné-Bissau foi o resultado do fato histórico do período da luta pela independência, relacionados aos países que apoiaram o país para esse fim. Durante a regência socialista o país foi controlado por um Partido que automaticamente funcionava como Estado, controlando tudo que entrava e saía no país, cumprindo assim as normas socialistas “tudo pelo Estado, nada privado”. Chegou o momento que o país teve seus bons momentos, como foi esplanado no corpo do trabalho, tinha fábricas funcionando e chegou a ser considerado pequeno “Suiça da costa ocidental da África”. Seu fim se deu pela crise dos anos oitenta, com o fim da guerra fria, o Regime que funciona no Bloco Soviético foi desacreditado, com bloqueios por parte do mundo Ocidental e, sendo assim, os países que seguiam esse modelo automaticamente faliram. A Guiné-Bissau que dependia desses países não escapou da armadilha, foi obrigada a recorrer para o sistema capitalista que era o único meio para sair daquela situação.

O processo da democratização aconteceu justamente a partir da crise dos anos oitenta, como foi frisado acima, os organismos internacionais que tinham interesse de financiar os países que estavam mergulhados em crise exigiu a abertura do mercado, isto é, a implementação do sistema capitalista. No caso guineense não foi ao contrário, FMI e BM exigiu para o Partido-Estado abrir mão do controle do mercado comercial, dando assim, espaço a livre concorrência e posse privado, que estavam sob tutela do Estado. Esse fato da transição também foi forjado pelo fato dos países que partilhavam o sistema socialista principalmente na Europa também não escaparam da crise, então o sistema no mundo inteiro era visto como um fracasso. O sistema democrático de exercício da cidadania através do voto na Guiné-Bissau concretizou somente em 1994, ano que foi realizada as primeiras eleições no país. O fato da democracia for forjado no contexto guineense justifica essa tardia na realização das eleições. Os resultados dessa eleição não foram satisfatórios por toda classe política, há reclamações de falta de transparência no período eleitoral, alegando o monopólio do PAIGC, partido no poder e vencedor das eleições.

Resumindo, a democracia não instalou bem como se esperava. A prova disso é que após as eleições foram períodos de sucessivos acontecimentos, conspirações que levou o país a mergulhar num caos de instabilidade que no final resultou numa guerra civil.

Por fim, no que diz respeito sobre o movimento dos dois regimes, constata-se que no primeiro regime o poder se concentrava no Partido-Estado, como se configura a própria lógica socialista. A desorganização do Partido transformou o Estado num sistema autoritário, expulsando e perseguindo os próprios militantes que consideravam um outro viés administrativo para o país. Quanto à democracia, além de ser forjada pelo exterior, internamente não tinha sarrado as feridas históricas do período socialista. Estes incoformados não podiam expressar suas visões políticas, então a democracia chegou para eles como uma salvação, isto é, um caminho para enfrentar o governo majoritário. Esses dois fatos também contribuíram para o fracasso na implementação da democracia na Guiné-Bissau.

“Venham camaradas, o jogo europeu acabou: nós devemos descobrir algo diferente. Podemos fazer tudo, desde que não imitemos a Europa, desde que não obsequemos pelo desejo de igualarmos com a Europa” (Frantz Fanon, 1976, p. 7).

REFERÊNCIAS

AMADO, Leopoldo. **Guiné-Bissau: 30 anos de independência**, Faculdade de Letras pela Universidade de Lisboa, AFRICANA STUDIA. Nº 8, 2005.

AUGEL, Moemia Parente. **O Desafio do escombros**: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Carlos Luiz. **Porque democracia se tornou dominante e consolidada apenas no século XX?**, Hedstrom e Swedberg,

CABRAL, Amílcar. **A arma de teoria**. Seara Nova, 1976.

CABRAL, Amílcar; DE ANDRADE, Mário. **Unidade e luta**. 1978.

CAHEN, Michel. **Pontos comuns e heterogeneidade das culturas políticas nos PALOPS**: Um ponto de vista pós-colonial, Editora UFRP, volume 62, n.1, p. 19-47, 2015.

CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau : um parto difícil**. In: Lusotopie, nº2, 1995. Transitions libérales en Afrique lusophone. pp. 259-282.

CARDOSO, Carlos. **Formação e recomposição da elite políticomoderna na Guiné-Bissau**: continuidades e rupturas (1910-1999), VIII Congresso Luso-Afro- Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro, 2004.

CATEIA, Vicente Júlio, Et al. **Mudança estrutural em Guiné-Bissau**. Rev. Text. Econ., Florianópolis, v. 21 n. 1, p. 97 – 124, dez/mar. 2018 ISSN 2175-8085.

IÉ, Casimiro Nivaldo. **A imigração temporária dos estudantes guineenses na Bahia-Brasil: a procura de uma formação superior para o desenvolvimento nacional**. Instituto de Humanidades e Letras, Campus de Males – UNILAB, 2016.

JAUARÁ, Manuel. **Os lusoafrikanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau**, IX Congresso Luso- Afro- Brasileiro sob o lema “As Ciências Sociais e os Desafios das Sociedades em Desenvolvimento”. Luanda , Angola, 28 a 30 /11/2006.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal**. INEP- Instituto Nacional de Pesquisa, Bissau, 2001.

MACEDO, Rivair José. **O PENSAMENTO AFRICANO NO SÉCULO XX**. 1ª edição, Outras Expressões, São-Paulo- 2016.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**, Martin Claret, São Paulo, 2003.

NKRUMAH, Kwame. **A África deve unir-se**, PANAF BOOKS LDT E ULMEIRO, Lisboa, 1975.

NÓBREGA, de Correia Álvaro. **Guiné-Bissau: um caso de democratização difícil (1998-2008)**, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2015.

SCHUMPETER, A. Joshep. **Capitalismo, socialismo e democracia**, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.

SEIBEL, J. Erni, Et Al. **Clientelismo e Seletividade: Desafios às Políticas Sociais**, Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, 2006.

SILVA, Francisco Henriques da; SANTOS, Mário Beja. **Da Guiné-Portuguesa à Guiné-Bissau: um roteiro**. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2014.

TEIXEIRA, Dumas Jacinto Ricardino. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau: As relações entre a sociedade civil e o Estado**, Editora UFPE, Recife, 519 p., 20015.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, Companhia das Letras, São Paulo, 2004.